

# PREDICÁVEIS ARISTOTÉLICOS – PARA UMA ANÁLISE E PRODUÇÃO JUSTIFICADA DO SENTIDO

JULIANA VIEIRA CHALUB  
(Universidade Federal de Minas Gerais)

*ABSTRACT: The dialectical formations undertaken by Aristotle on Topics – predicables – became instruments for a study which aimed at mapping the process of production of sense. This article, thus, has as a main objective to present our study on Sense. Hence, the theories which seem to be functional and/or applicable to our purpose will be brought together, offering a reference of theoretical positions which corroborate our researches. The possibility of apprehending sense, in the studies of Analysis of Speech, will be didactically introduced by using the categories of thought as they were stipulated by Aristotle. In our research, the categories of definition it proprium, genus and accident, developed in order to strengthen the use of arguments, will help revealing the basic operations of speech.*

*KEYWORDS: sense; speech; argumentation; predicable; Aristotle.*

## 1. Introdução

Estudar nossas formas de comunicação é algo que intriga o homem há tempos; por isso, a maneira pela qual compreendemos/produzimos sentidos incita pesquisas em diversas áreas do conhecimento.

O propósito aqui é apresentar parte de uma pesquisa maior<sup>1</sup>, onde se investigou a possibilidade de apreender o sentido, nos estudos de Análise do Discurso, utilizando os *predicáveis* estipulados por Aristóteles (*definição, propriedade, gênero e acidente*). Formulados com o intuito de potencializar o uso dos argumentos, em nossa pesquisa são conceitos que têm a função de permitir revelar tanto *determinações* como o *provisório*,<sup>2</sup> os quais acreditamos constituir as estratégias de construção de sentido<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> O trabalho completo pode ser acessado em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/items-by-author?author=Juliana+Vieira+Chalub>

<sup>2</sup> Além desses dois termos, lembramos também o *necessário* e o *contingente*; contudo, não adentraremos nessa questão.

<sup>3</sup> Sabendo-se dos diferentes usos dos termos, cabe aqui uma delimitação do que entendemos por significação, sentido e significado. Neste trabalho, a significação será definida como o

Os predicáveis, também, guiarão o processo de construção de nossos argumentos, tornando-se então método de nosso estudo. Deste modo, para esclarecer sobre o que estamos discutindo, somos impelidos a tratar aquela que é, aqui, a definição de sentido. Acreditamos que fazem parte da *definição* de sentido a linguagem, o sujeito e as coisas das quais se fala (mundo), pois sem esses “pilares” não existiria nenhum tipo de produção significativa, não haveria comunicação. Usar a linguagem é algo intrínseco ao sentido, pois é na prática linguareira que ele se produz, ou seja, se não houvesse a necessidade humana de se comunicar, de falar sobre as coisas para alguém, não teríamos desenvolvido, talvez, nenhuma estratégia de nos fazermos entender.

Entretanto, investigar o sentido, em nossa linha de pesquisa, requer a assunção da necessidade de ressaltar suas determinações linguísticas (signo),<sup>4</sup> visando a um entendimento dos critérios que, de certa maneira, têm a função tanto de organizar como de impedir um relativismo generalizado da significação, o que é enfatizado por Barthes:

A linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que existe na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva: *ordo* quer dizer, ao mesmo tempo, repartição e comunicação. Jakobson mostrou que um idioma se define menos pelo que ele permite dizer, do que por aquilo que ele obriga a dizer (2001: 14).

O estudo do signo fundou a lingüística, e a percepção de sua composição e de suas relações internas nos coloca no início de um percurso que resultará em uma apreensão mais completa do todo complexo que é o sentido. Para este trabalho, interessa reforçar que o signo é arbitrário porque ele não é autônomo, pois as unidades lingüísticas têm uma identidade inteiramente relacional. Visto dessa forma, o signo assumirá seu *valor* dentro do sistema lingüístico, pois “é uma grande ilusão considerar um termo simplesmente como a união de um som com certo conceito. Defini-lo assim seria isolá-lo do sistema do qual faz parte” (Saussure 1971: 132). Segundo Benveniste (1966, 1991), a linguagem não permite ser dividida, mas decomposta em suas unidades e elementos de base em número limitado, diferentes entre si, e com possibilidades de se agrupar para formar novas unidades e, consecutivamente, outras de complexidade cada vez maior.

---

processo que forma o sentido, intimamente ligado ao significado (de um termo). Portanto, numa ordem lógica: significado – sentido – significação. Isto porque perpassaremos vários níveis teóricos para se pensar o sentido, o nível do signo, o nível da semântica até atingir o nível do discurso, acreditando que esses formam um *continuum*.

<sup>4</sup> Sabemos bem que as normas sintáticas e fonéticas ocupam, também, lugar de destaque nos estudos da língua, mas devido às escolhas que fizemos para tratar o sentido, tomaremos como ponto de partida o estudo dos signos e a evolução teórica desencadeada sobre este.

O conceito de *valor* é, teoricamente, o eixo da teoria de Saussure, sendo, portanto, o resultado das oposições, dos contrastes entre signos, das relações de associação ou *paradigmáticas* e das relações combinatórias, *sintagmáticas*. A respeito desse tema, em outro momento Saussure explicita que “considerada de qualquer ponto de vista, a língua não consiste em um conjunto de valores *positivos* e *absolutos*, mas de um conjunto de valores *negativos* ou valores *relativos* que só tem existência pelo fato de pura oposição” (2002: 77).

Desse ponto de vista, o *significado* de uma palavra estabelece uma relação semiótica entre linguagem/mundo, não podendo mais ser interpretada apenas como uma referência imediata. A análise saussuriana do signo lingüístico, portanto, implica o pensamento aristotélico que fundamenta os *Tópicos* que, por sua vez, é centrado na questão da sinonímia. Para o filósofo grego, o sentido de um termo ou expressão estava também interligado a um processo de associação através do qual a sinonímia constitui a matriz de outros sentidos. Em tais situações, a questão da sinonímia apareceria dissociada das categorias, visto que o objetivo de Aristóteles era o de relacionar a linguagem (ou o discurso dialético) ao pensamento estruturador dos sentidos, expressando, assim, a essência da ação lingüística.

Semelhante raciocínio aparece na definição saussuriana do signo lingüístico estreitamente vinculado à noção de *valor*, que delimita uma realidade lingüística cuja essência ancora-se na existência da possibilidade paradigmática de um signo reportar-se a outros signos do sistema, criando uma rede de interconexão semântica. Desse modo, é criada uma densa trama de relações que interligam os termos entre si, e produzem conceitos expressos por aqueles mesmos termos. A esse respeito, Guiraud tece a seguinte consideração:

O sentido, tal como nos é comunicado no discurso, depende das relações da palavra com as outras palavras do contexto, e tais relações são determinadas pela estrutura do sistema lingüístico. O sentido, ou antes, os sentidos de cada palavra, são definidos pelo conjunto dessas relações, e não por uma imagem da qual ele seria o portador. O termo “sentido” encontra assim a sua etimologia, já que ele significa “direção”, orientação para outros signos (1972: 27).

Desta forma, através da noção saussuriana de *valor*, foi possível vislumbrar o início do estudo dos signos em uso, suas relações, sua execução, seus executores. A oposição estabelecida entre *língua* e *fala* é a instância na teoria saussuriana em que o sentido pode ser percebido além de suas determinações de forma. Se se pensar o signo como um limite inferior da significação, ou seja, se considerarmos que antes dele não há significação, cabemos “tentar ir além do ponto a que Saussure chegou na análise da língua como sistema significante” (Benveniste 1991: 224, II).

O sentido, então, quando visto para além de suas determinações, nos possibilita perceber seus elementos inseridos em outro nível (*uso*) e nos faz

reconhecer a desconfiança criada em relação aos estudos sobre o tema, pelo fato de que as manifestações do sentido seriam mais livres, fugidias e imprevisíveis. Dessa maneira, assumir o *uso* como novo paradigma significa não mais perceber o sentido enquanto um estudo fixado nas definições do signo. Agora é a noção de semântica que apontará essa nova perspectiva de estudo do sentido. Isto quer dizer que é preciso perceber o signo como pertencente a um sistema em funcionamento, em movimento, organizando e desorganizando possibilidades de sentidos.

Aristóteles apresenta instrumentos lógicos para potencializar argumentos não *demonstrativos*<sup>5</sup>, ou seja, seu objetivo é trabalhar com argumentos que se baseiam nas opiniões de circulação social (*doxa*), como diz o filósofo, “opiniões geralmente aceitas”, e dedicar-se, neste momento, a proposições que são aceitas ou tenham por base o verossímil.

Não faremos aqui um inventário extenso sobre a atribuição dos diferentes *predicáveis*, assim como é feita pelo autor. Como Aristóteles estava criando um tratado lógico para adestrar o raciocínio e melhorar o uso dos argumentos, ele descreveu exaustivamente as formas lógicas de se argumentar e contra-argumentar a partir dos predicáveis. Este não é nosso objetivo, e vale reafirmar que nossa intenção é empregar a conceituação aristotélica para estabelecer uma maneira possível de se apreender estratégias de produção de sentido, pois acreditamos que os predicáveis podem ser usados discursivamente. Portanto, concentraremos nossas discussões não nos pressupostos filosóficos das categorias, mas em suas articulações semântico-discursivas passíveis de acionar processos argumentativos.

Devemos, antes de tudo, chamar a atenção para uma relação de contigüidade entre os predicáveis, principalmente, entre a *definição*, a *propriedade* e o *gênero*. A lógica entre eles se dá na transição, quando dispostos nesta ordem, do mais específico para o mais amplo. Contudo, retornaremos a esse aspecto mais adiante, após a apresentação dos mesmos.

## 2. Os Predicáveis

Antes de começarmos a apresentar os predicáveis, é necessário dizer que eles derivam, ou partem sempre de uma categoria primeira que é a *substância*. A *substância*, na concepção do universal, demonstra não a *verdade*, mas a possibilidade de desdobramento e de abstração desse todo absoluto, apontando como refazer o caminho do conhecimento. É exatamente esse desdobramento da substância, que se dá através dos predicáveis, que constitui a negatividade que leva à razão dialética: “Assim como Aristóteles mesmo determina a natureza como agir de acordo com um fim, o fim é o imediato, o que está em repouso, o imóvel que é ele próprio motor e, desta sorte, é sujeito” (Hegel 1992: 14). Devemos, também, nos lembrar que a predicação clássica é dada pela fórmula  $S \in P$ ; isto quer dizer que S é sujeito e P um tipo

---

<sup>5</sup> Argumentos de certeza.

de predicado atribuído a S; procedimento primário de racionalização que utilizamos para formar conceitos. Fazemos isso através dos predicáveis:

### 2.1. Definição

Pois bem, durante nossa vivência, aprendemos apropriadamente a linguagem através de nossas leituras, observando e imitando o comportamento lingüístico dos indivíduos a nossa volta. Ao conhecer novas palavras, ampliamos nosso vocabulário e percebemos logo que o significado de um termo pode variar e podemos nos deparar com ambigüidades ou com mudanças de significado.

A possibilidade constante de mudança, ou seja, a percepção de que nada no mundo é fixo, de que tudo está em constante transformação, fez Heráclito proferir a célebre frase: *o mesmo homem não se banha duas vezes no mesmo rio*. Ele quis dizer que o *homem*, depois do primeiro banho, se modificou, e o *rio* também. Porém, com o intuito de provar que tudo estava em constante movimento, ele não ponderou que o *homem*, mesmo tendo se modificado, não exclui o fato de ele continuar sendo essencialmente *homem*, e o *rio*, essencialmente *rio*.

Raciocinando nesses termos, Aristóteles diz que a *definição* é uma frase que revela a essência daquilo que se predica, pois “mostrar que as coisas são idênticas não basta para estabelecer uma definição. Demonstrar, por outro lado, que não são idênticas, é suficiente para lançá-la por terra” (Aristóteles 1978: 110). A definição, portanto, na lógica dos predicáveis, é o patamar máximo de singularidade de algo. “A definição é afirmada ou como uma frase empregada no lugar de um termo, ou como uma frase empregada no lugar de uma frase, pois é também possível definir algumas coisas indicadas por uma frase” (Aristóteles 1978: 351). Vejamos o texto abaixo:

*Toda virtude se encerra na justiça e só é nobre quem é justo.*  
(Sólon)

– A única coisa que resta ao Homem verdadeiramente nobre, se prescindirmos das suas riquezas, é a riqueza interior, isto é, a arete; e esta poucos possuem. (Jeager 1979: 186)

O argumento acima apresentado foca suas atribuições na *definição*, restringe conceitos, delimita conclusões, cria o raciocínio lógico e conceitua virtude e nobreza. O autor da frase, Sólon, restringe a *virtude* à *justiça* e exclui da atribuição possíveis propriedades, gêneros etc., colocando seu dizer nos limites da essência. Dessa maneira, se assim definido, todo *nobre* é virtuoso e essencialmente justo, já que nobreza, neste argumento, exclui atributos como riqueza e poder que são disposições (geralmente aceitas) para se identificar algo nobre. Porém, no âmbito da perspectiva dialética, considerando-se os predicáveis, ao analisarmos tal proposição, descobriremos logo maneiras de contestá-las, por exemplo, expandindo sua atribuição para além de suas especificidades.

## 2.2. Propriedade

A *propriedade* é aquele *predicável* que revelará as peculiaridades próprias daquilo que se categoriza. Embora não se indique uma essência, pertence exclusivamente a ela. No argumento acima apresentado, é próprio da *virtude* a *justiça*, sendo atributo desse predicável a conversibilidade, ou seja, a possibilidade de alternâncias lógicas; pois da maneira como o argumento foi apresentado, podemos dizer que ser virtuoso é ser justo e ser justo é também uma virtude. Por isso, se as propriedades não forem expressas de maneira clara, não será possível perceber a atribuição de um predicado. Vejamos o pensamento abaixo:

*É sabido que os homens aspiram à honra para assegurar o seu valor próprio, a sua Arete. Deste modo, aspiram a ser honrados pelas pessoas sensatas que os conhecem, e por causa do seu próprio e real valor. (Aristóteles)*

– Intimamente ligada à *Arete* está a honra. Nos primeiros tempos era inseparável da habilidade e do mérito. Segundo a bela explicação de Aristóteles a honra é a expressão natural da idéia não consciente ainda para chegar ao ideal de *Arete*, a que aspira. (Jeager 1979: 28)

Neste exemplo, Aristóteles estabelece como próprio do homem aspirar à honra. Ao proceder desta maneira, o estagirita apresenta um ideal do que seria particular ao homem; ou seja, honra e valor se predicam conversivelmente. Um exemplo disso é considerar que uma propriedade do homem é sua capacidade de aprender gramática. Se for capaz de aprender gramática, é homem.

Devemos ter em vista a atribuição da propriedade como relacional, ou seja, é próprio ao homem ser bípede em relação aos quadrúpedes, mas não às aves. Isto quer dizer que a propriedade pode ser atribuída à espécie como um todo, por exemplo, quando homem é apresentado como espécie do gênero animal, é próprio dele a racionalidade (separando-o do restante), mas bípede não (a separação não é eficiente), a exemplo do que foi dito anteriormente. Entretanto, se *homem* se torna predicado e for posto como *definição* de *João*, a *propriedade* se atribui não da espécie, mas somente da parte dela, ou seja, deve-se pensar o que é próprio *desse João* (*substância* em questão), por exemplo, *ser gago*.

## 2.3. Gênero

Quanto ao *gênero*, ele é sempre predicado mais amplamente, isso faz com que vários atributos pertençam ao mesmo gênero, “como, por exemplo, do homem seria apropriado dizer ‘é um animal’. Com efeito, ao afirmar que animal é o gênero do homem assim como do boi teremos afirmado que eles pertencem ao mesmo gênero” (Aristóteles 1978: 111). Pela lógica, não se pode atribuir um gênero a único atributo, pois o gênero mantém com seus atributos uma identidade de essência. Entretanto, contrários podem também

fazer parte do mesmo gênero, a não ser que exista um contrário do próprio gênero. Agora, se algum atributo e seu contrário não fizerem parte de nenhum gênero, são eles, cada um, gêneros, como, por exemplo, “bem” e “mal”. Analisemos o seguinte trecho:

*É mudando que repousa. A vida e a morte, a vigília e o sono, a mocidade e a velhice são, no fundo, uma e mesma coisa. Uma transforma-se na outra, e esta volta a ser o que era primeiro. Se alguém me escutou, não a mim, mas ao meu logos, então sentirá que é sábio afirmar que todas as coisas são uma. (Heráclito)*

– Todo “processo” do mundo é uma troca. A morte dum vida é sempre a vida de outra. É um eterno caminho, ascendente e descendente. (Jeager, 1979, p. 221)

Percebe-se que raciocínio se articula fazendo uso do predicável *gênero*. A aproximação dos contrários *vida e morte; vigília e sono; mocidade e velhice* ocorre pela atribuição desses elementos como pertencentes ao mesmo gênero: *processo*. Desta forma, é permitido apresentá-las como semelhantes, aparentadas ou genericamente idênticas, como parece ser a intenção explícita no trecho *são, no fundo, uma e mesma coisa*.

Até esse momento, revela-se entre esses três predicáveis apresentados, entre outras, uma função em comum: tratar de uma possível identidade entre elementos. Porém, o objetivo dos predicáveis não é o de provar tal identidade, e sim o de criar tais aproximações e distanciamentos. Agora, chamamos a atenção para o quarto predicável.

#### 2.4. Acidente

Enquanto os três primeiros predicáveis, de certa forma, traçam fronteiras significativas em uma atribuição, o *acidente* aponta para o possível, ou seja, para o além dos limites estabelecidos.

Quando digo “Alice cresce” quero dizer que ela se torna maior do que era. Mas por isso mesmo ela se torna menor do que é agora. Sem dúvida não é ao mesmo tempo em que ela é maior e menor. Mas é ao mesmo tempo em que ela se *torna* um e outro. Ela é maior agora e menor antes. Mas é ao mesmo tempo, no mesmo lance, que nos tornamos maiores do que éramos e que nos fazemos menores do que nos tornamos. (...) pertence à essência do devir avançar, puxar nos dois sentidos ao mesmo tempo (...) o bom senso é a afirmação de que, em todas as coisas, há um sentido determinável; mas o paradoxo é a afirmação dos dois sentidos ao mesmo tempo. (Deleuze 1975: 1)

O *acidente* atribui as características provisórias, situacionais, que podem pertencer a algo e deixar de pertencer, sem que esse algo perca suas marcas essenciais. Esse predicável é o responsável por permitir o *possível* e as relativizações. E é por isso, por possuir uma categoria como o *acidente*,

que acreditamos que os predicáveis, a despeito de ser um tipo clássico de categorização, são passíveis de circunscrever a transitoriedade dos atributos que eles categorizam.

### 3. Predicáveis e sentido

Por diversas vezes, referimo-nos à possibilidade de “mapear” a produção de sentido através dos predicáveis. Porém, nossas reflexões sobre o sentido e sobre os *predicáveis* se deram de maneira, intencionalmente, salvo algumas exceções, separadas. Acreditamos, portanto, que, a partir desse ponto, cabe uma reflexão mais integrada entre *predicáveis* e sentido.

Desta maneira, ressaltaremos alguns “pontos de contato” entre predicáveis e estudos lingüísticos, a começar pelo livro I dos *Tópicos* (Aristóteles 2004: 369), que ressalta a importância do estudo das semelhanças e das diferenças:

As diferenças devem ser consideradas em sua relação entre si tanto nos gêneros eles mesmos – exemplo: “No que difere a justiça da coragem, e a sabedoria da moderação?” (uma vez que todas estas pertencem ao mesmo gênero) – quanto também de um gênero para outro, onde sua separação não seja demasiado larga; por exemplo, “No que a sensação difere do conhecimento?”, pois onde os gêneros estão largamente separados, as diferenças são absolutamente óbvias.

Atentar para as diferenças exige, portanto, *desgeneralizar* os termos, apontando suas particularidades. Esse processo só é possível recorrendo à *definição* ou à *propriedade*. Por exemplo, a maneira de se diferenciar *cachorro* de *pássaro* (que estão no mesmo gênero, *animais*) é ressaltar suas particularidades através da *definição*: *canino*, *ave*; ou da *propriedade*: *quadrúpede*, *bípede*; respectivamente.

Entretanto, examinar as semelhanças requer, segundo o estagirita, maior prática com os gêneros largamente separados, pois descobrir semelhança entre termos de gêneros diferentes não se faz de maneira tão óbvia como acontece em outros casos. Para um exemplo simples, mas esclarecedor, podemos dizer que, apesar de *homem* e *árvore* pertencerem a gêneros diferentes (*animal*, *vegetal*), eles estabelecem semelhança por serem ambos *seres vivos*; ou podemos ainda, estabelecer a similaridade entre enunciados como “a tranqüilidade no mar” e “a ausência de vento no ar” por serem uma e outra estados de *quietude* ou *repouso*. Com base nessa lógica, é permitido criar raciocínios hipotéticos, ou seja, fazer valer para todos os que foram agrupados como semelhantes, aquilo que foi atribuído a um deles em particular.

Essas associações, assim como as dissociações, são de grande utilidade quando utilizadas para estabelecer estratégias argumentativas. Devemos ter em mente que, em uma análise discursiva, raramente poderá ser feita essa separação didática do uso dos predicáveis. Entretanto, perceberemos a arti-



culação do semântico por entre os “lugares” argumentativos, na tentativa de estabelecer acordos e validar o dizer.

Não podemos deixar de notar um paralelo entre o raciocínio aristotélico, no estudo das diferenças e semelhanças, e as considerações de Saussure sobre as relações associativas e contigüidades entre os termos:

As palavras que oferecem algo em comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas (...) os grupos formados por associação mental não se limitam a aproximar os termos que apresentam algo em comum, o espírito capta também a natureza das relações que unem em cada caso e cria com isso tantas séries associativas quantas relações diversas existam. (1995: 145)

O que se quer dizer é que uma palavra pode evocar tudo quanto seja suscetível de lhe ser associado, por exemplo, a palavra *cadeira* pode evocar *descanso*, *cargo*, *assento*, etc. Mas o *valor* semântico só será estabelecido em virtude do encadeamento dos termos, ou seja, por oposição ao que o precede, ou ao que o segue, ou ainda a ambos; um exemplo do tipo *sente-se nesta cadeira* restringe possibilidades de associação do termo.

Aqui consideramos pertinente lembrar o fato de que “com efeito, nada há como dado primeiro além de uma barreira negativa entre o conteúdo de tal signo e o conteúdo de tal outro” (Saussure 2002: 71). Desta maneira, “toda idéia nova que vier a se apresentar encontrará logo lugar, ou sob o primeiro signo ou sob o segundo (se ela couber nos dois, é porque há oposição com um terceiro ou quarto signo coexistente)”. (Saussure 2002: 71) Desse modo, quando aproximados da semântica, os predicáveis se delineiam como categorias de traços semânticos. As redes associativas desveladas pelos predicáveis apontam para o fato de que, quando se faz uma asserção, consequentemente estão se fazendo várias outras. É assim em:

*Isto é um homem*

a) *isto é um animal;*

b) *isto é bípede;*

c) *isto é capaz da razão e do conhecimento.*

Contudo, usá-los somente para “dissecar” termos isolados seria subestimar a potencialidade de seu uso. Por isso, é no interior das relações sintagmáticas que, a princípio, os *predicáveis* exibirão melhor sua utilidade. Ou seja, termos isolados podem ser categorizados, mas, nessa perspectiva, é somente através das relações de oposição internas a um enunciado que o valor semântico será estabelecido. Veja-se o exemplo:

Ser grande dama é representar de grande dama, o que quer dizer, representar simplicidade. É um papel que sai extremamente caro, tanto mais que a simplicidade só encanta sob a condição de que os outros saibam que poderíamos não ser simples, isto é, riquíssimos. (Proust 1981: 195)

Nesse trecho, Proust articula de forma magistral uma espécie de categorização de “grande dama”, ironizando a aristocracia parisiense. Ser *grande dama* pode evocar várias associações ou atribuições. Entretanto, o enunciado nos deixa claro que a *definição* (essência) que se quer estabelecer de *grande dama* é a de ser *riquíssima*, porém *ser simples* é algo *provisório* (acidente) que pode se fazer valer quando convém, pois pode-se ser simples e deixar de ser, sem que sua *essência* seja alterada. *Simplicidade*, nesse enunciado, pode também ser propriedade accidental de riqueza, pois a verdadeira *propriedade*, a que não é transitória, de uma *grande dama*, é fazer das possíveis propriedades accidentais as mais visíveis, ou seja, o preferível é o parecer ser, é *representar*.<sup>6</sup>

Fica claro que o *acidente* é a possibilidade de romper com identidades fixadas ou o sentido único e de inserir a transitoriedade. O acidente se torna, assim, produtor de uma margem de manobra fantástica para a argumentação, remontando ao significado de um termo sob o fundamento de que é mais apropriado tomá-lo num sentido e não em outro. Porém, para afinar as possibilidades de uso do *acidente*, são necessárias algumas observações, mesmo correndo o risco de sermos repetitivos. Estas observações dizem respeito a um uso mais ligado à semântica (enunciado) ou mais ligado ao discurso (para além do enunciado).

Quando analisamos um termo de maneira isolada, o *acidente* é o lugar, como já dito, no qual vão se predicar atribuições transitórias. Elas podem pertencer ou não ao sujeito predicado, ou pertencer só provisoriamente, tal como quando relacionamos *homem* a *cansado*, a *sentado*, a *andando*, a *parado*, ou a *falando*; quando relacionamos *panela* a *quente*, ou a *cheia*, ou a *suja*; etc. Porém, quando estamos trabalhando com o discurso, o lugar que o predicado atribuído ao sujeito vai ocupar é definido discursivamente. Por exemplo, no fragmento de Proust, citado anteriormente, o termo *simples* é accidental *neste* momento, mas poderá não ser em outros.

Quando chegamos ao nível discursivo, o lugar *acidente* revelará predicados *possíveis*, já que, ao formular um raciocínio no discurso de maneira *accidental*, caracteriza-se um propósito de estabelecer um processo dialético. E esse processo se concretizaria ao relativizarem-se propriedades ou essências, ou seja, ao desdobrarem-se as determinações do que está colocado em pauta.

Podemos, então, dizer que no discurso os termos, as noções, os argumentos não estão presos a um predicável, eles se “movimentariam entre eles”, de acordo com as tentativas de estabilizar ou desestabilizar o sentido. Assim, o discurso aponta para a *práxis*, ou seja, um predicado só pode assumir seu *lugar* quando inserido num universo social que legitime essa *possibilidade*. O discurso apresenta um engate argumentativo dialético em que o sujeito apresenta algo que reflete uma *práxis* na qual está inserido. Quanto a isso, Aristóteles afirma:

---

<sup>6</sup> Aristóteles acentua certa semelhança entre propriedade accidental e acidente; no entanto, enfatiza suas diferenças. Não nos ocuparemos aqui dessa questão.

É igualmente honroso em certos lugares sacrificar o próprio pai, como, por exemplo, entre os *tribalos*<sup>7</sup>, mas não o é em termos absolutos. Ou estaremos indicando aqui uma relatividade que toca a pessoas e não a lugares?...Uma vez que não importa onde possam estar, pois onde quer que estejam será honroso aos seus olhos [sacrificar o próprio pai] porque são *tribalos*.(...) ou será uma relatividade vinculada a uma certa condição e não a uma certa ocasião aqui indicada? (2001: 393)

Ao objetar a dialética platônica, privilegiando as opiniões geralmente aceitas, o filósofo cria a possibilidade de “injetar” a *práxis* no interior do tratamento dos predicáveis. As relativizações estabelecidas na citação acima dizem respeito a uma dialetização no discurso, determinando se algo é a *essência* ou *acidente* ou é *peculiar*, dependendo das práticas sociais em que estão inseridos, e, portanto, dos acordos e valores apresentados.

Ao estipular um argumento, esse propicia o estabelecimento de acordo com os interlocutores, cujos principais elementos são os *valores*, tal como é apresentado por Perelman *et al.*<sup>8</sup>:

Estar de acordo acerca de um valor é admitir que um objeto, um ser, ou um ideal deve exercer sobre a ação e as disposições à ação uma influência determinada, que se pode alegar numa argumentação, sem se considerar, porém, que esse ponto de vista se impõe a todos. A existência dos valores, como objetos de acordo que possibilitam uma comunhão sobre modos particulares de agir, é vinculada à multiplicidade dos grupos. (1996: 84)

Já falamos sobre o valor explicitado na teoria saussuriana e seu reflexo na semântica. Precisamos, agora, esclarecê-lo em relação a uma perspectiva argumentativa/discursiva. As “opiniões geralmente aceitas”, na terminologia de Aristóteles, apontam para o que consideramos valores e se refeririam, de certa maneira, à *doxa*. Numa argumentação, esses valores podem ser desqualificados ou subtraídos, mas nunca excluídos por completo. Deste modo, à medida que se nega um valor, se afirma outro imediatamente. Consequentemente, em um discurso científico, o valor é ao máximo restringido, pois o objetivo, neste caso, é estipular conceitos e regras, o valor de verdade.

Perelman *et al.* (1996) cria a distinção entre valores abstratos e valores concretos. Os valores abstratos são aqueles válidos para todos, em todas as circunstâncias, como a justiça e o amor à humanidade. Servem à crítica e fornecem critérios para tentar modificar a ordem estabelecida. Enquanto isso, os valores concretos seriam aqueles referidos a um ser particular, a um

<sup>7</sup> Povo antigo que habitava o norte da Trácia (região ao norte da Grécia). N.do tradutor.

<sup>8</sup> Chaim Perelman apresentou sua teoria da argumentação na década de 50, em 1958. Lançou juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca *O Tratado da Argumentação – A nova Retórica*. Esta obra retoma, a partir da Arte Retórica, de Aristóteles, os estudos da argumentação, tendo como foco os discursos que circulam na sociedade contemporânea.

objeto, a um grupo ou instituição; são aqueles que se vinculam a um grupo determinado e preza o conservadorismo.

No contexto da teoria da argumentação, as considerações sobre os valores, desenvolvidas por Perelman *et al.* (1996), representam uma nova interpretação dos predicáveis para a análise da construção dos argumentos, já que esses valores, acreditamos, podem também ocupar lugares escolhidos discursivamente. Desvelar o caráter único de alguma idéia é valorizá-la por si mesma. Assim, um argumento associado à essência ou à propriedade caracterizaria um propósito de buscar adesão de grupos particulares, pois a preferência por esses lugares particularizaria e restringiria o seu valor (concreto).

O movimento contrário se daria ao tentar generalizar valores concretos através de raciocínios indutivos, pois “a indução é o raciocínio caracterizado pelo progresso dos particulares para os universais; por exemplo, se o piloto hábil é o melhor piloto, e o auriga hábil, o melhor auriga, então, em geral, o homem hábil é o melhor homem em qualquer esfera” (Aristóteles 2005: 361).

É com esse tipo de categorizações que o discurso vai se construindo e deixando à mostra percursos de manipulação dos conceitos, dos valores, dos sentidos. Isto nos permite pensar em algumas operações básicas de produção de sentido, que se repetem como processo, desde as reflexões sobre o signo até o discurso. Essas operações, apesar de, em cada caso, tratarem de objetos e limites teóricos diversos, refletem um padrão de racionalização. Ou seja, desde o signo até o discurso, foram estabelecidas, teoricamente, suas *essências*, suas *propriedades*, sua relação com outros e, desse modo, possibilitam-se possíveis expansões de seus limites e caracterizam-se seus *acidentes*, revelando outros caminhos a se percorrer. Entre estabelecer a *forma* como limite, ou a *relação* como solução perfeita, não se fez mais do que categorizar o mesmo objeto.

Desta maneira, esses lugares não deixam de ser uma tentativa de dialetizar o discurso. Os acordos apontam para as relações intersubjetivas, pois para validar seu dizer o sujeito ajusta as categorias de acordo com o que é *preferível* em uma determinada *práxis*, o que faz com que a “verdade” não seja mais o objetivo principal, mas a validade.

A análise deverá levar em conta as tentativas de *acordos* entre os interlocutores e a maneira pela qual os valores sociais são apresentados. Estratégias de produção de sentido podem manipular esses *valores* através de processos discursivos, fazendo com que o que é estabelecido como essência, em dado contexto, num outro possa ser estrategicamente deslocado de categoria, ou seja, possa ser relativizado ou generalizado.

Quando lidamos com argumentações, devemos ter em mente a maneira como foram apresentadas as suas articulações de sentido. Portanto, uma análise desse processo é essencial para entendermos as intenções da argumentação. Sobre esse tema, Vignaux assinala:

Vê-se, portanto, que, logo ao simples nível do enunciado, a predicação, mesmo apenas de uma única propriedade a um sujeito, a um objecto ou a uma situação se impõe como construção duma caracteri-

zação desse sujeito, desse objecto ou dessa situação. Cada enunciado é uma maneira de apresentar as coisas e, deste ponto de vista, é, à partida, argumentativo. (1991: 302)

#### 4. Operações discursivas

A partir do que já foi exposto, acreditamos poder afirmar que os predicáveis desvelam operações discursivas e permitem manejar o sentido de acordo com as intenções argumentativas. Entre elas, estão as determinações, as ampliações e as relativizações.

De certa forma, essas operações já foram explicitadas no decorrer deste texto. Entretanto, justifica-se reiterá-las agora no discurso, pois nele há uma particularidade: a de permitir utilizar as categorias predicativas em todos os níveis, ora categorizando pelas determinações da língua, ora por valores semânticos ou por valores sociais. Com isso, cria-se um encadeamento de categorização em diferentes níveis de estudo sobre a significação.

Será, então, que uma análise discursiva se daria de maneira a comparar o modo como o mundo foi apresentado pelo sujeito enunciativo com o modo como o interlocutor constrói sua própria categorização? Remontar a possíveis percursos de categorizações utilizadas e refletidas numa *práxis* pode desvelar qual fragmento das opiniões o enunciativo exalta ou destrói.

Desta forma, perceber de que maneira o enunciativo determinou, ampliou ou relativizou aponta para a possibilidade de validar suas proposições. A validade do discurso, portanto, relaciona-se diretamente à capacidade de o enunciativo convencer que é preferível apresentar algo categorizado de uma maneira e não de outra. Portanto, é necessário, às vezes, forjar a não acidentalidade do discurso, ou seja, convencer o interlocutor de que o tipo de argumentação apresentada é o mais viável. Assim podemos categorizar as operações básicas do discurso. Essas operações básicas estão circunscritas a todo o movimento de racionalização do sujeito, refletindo sua maneira de raciocinar, de apresentar/argumentar, revelando as maneiras de organizar estratégias discursivas.

##### 4.1. As Determinações

No discurso, é sempre preciso determinar o objeto da argumentação. Essa determinação sempre consistirá em identificar e diferenciar, dando um caráter de plausibilidade, de aceitabilidade em um processo situacional. Logo, as maneiras de se particularizar algo, na maioria das vezes, incidem nos lugares da *definição* e da *propriedade*, ou seja, esclarecer sobre a essência ou o que lhe é próprio é determinar o argumento apresentado.

Há diversas maneiras de validar uma *definição*, uma delas é estabelecê-la através de opiniões geralmente aceitas, pois, segundo Aristóteles, “são verdadeiras e primárias as coisas que geram convicções através de si mesmas, são aquelas que se baseiam no que pensam todos (...)” (Aristóteles 2005: 348).

Ao determinar algo, apontamos para identificações desse algo, localizando-o no tempo e no espaço. Essas estratégias fundam “as relações essenciais e originárias entre atividade lingüística e atividade cognitiva na constituição das relações predicativas” (Vignaux 1991: 307). Podemos dizer, então, que as determinações podem servir, no discurso, para identificar sua temática: os atores, as situações, os processos, os acontecimentos, as noções. E é justamente a percepção dessas possibilidades entre os lugares de apresentação que delineará o sentido e os processos argumentativos.

Isto quer dizer que a operação de determinação, por ser discursiva, mostra-se como um desdobramento de um todo que se quer particularizar, e esse processo aponta para o caráter dialético do discurso, pois reitera a impossibilidade de estancar qualquer tipo de argumento. Ou seja, mesmo que se tente, no discurso não cabem categorizações estanques, pois estas naturalmente reverberam outros discursos, e estes por vezes assumem como preferíveis outras determinações do mesmo objeto. Continuemos exemplificando nossa discussão, com a crônica de Cony<sup>9</sup>:

Embora na prática possa até ser um assassino ou um ladrão, o vigarista não chega a ser um criminoso. É apenas um espertalhão, um cara dotado de imaginação, lábia, coragem e sorte para desfechar o golpe. O ladrão ou o assassino típicos sabem que apelarão para a violência na fase final de suas ações.

Observando o trecho acima, percebem-se as articulações de *ladrão* ou *assassino* como algo acidental para se categorizar *vigarista*. Tal fato se revelou no decorrer da apresentação: “o vigarista não chega a ser um criminoso”. Ou seja, preferiu-se atribuir *vigarista* de maneira que ressaltasse suas peculiaridades: *espertalhão*, *lábia*, etc. Em outras palavras, *ser criminoso* não é inerente (gênero) ao vigarista.

A seguinte argumentação revela outras propriedades do termo, também de maneira a justificar outras operações discursivas e argumentativas.

O vigarista modela a realidade, cria em cima do fato, é um ilusionista, um escravo da fantasia e do sonho. É óbvio que deseja faturar em cima do sonho e da fantasia, prejudicando os outros.

Desta forma, as operações discursivas se entremeiam no discurso, validando os argumentos e apontando para uma construção possível do sentido, que aponta para uma imagem “minimizada” do vigarista que, além das propriedades *espertalhão*, *imaginativo*, possui o talento de *criar ilusões*, *sonhos*, o que vai nos conduzir uma outra definição de *vigarista*, relacionando-o a artista.

---

<sup>9</sup> Toda menção ao texto de Cony se refere à “Anatomia de um Vigarista” de Carlos Heitor Cony (Folha de São Paulo, 02/12/2006 – Caderno Opinião)

#### 4.2. As Ampliações

Enquanto o processo de determinação preza por diferenciar, isolar aquilo de que se fala na tentativa de estabelecer uma identidade, o processo que trataremos agora busca as semelhanças. Estabelecer semelhanças é estabelecer identidade entre as ideias, apontando alguma característica que as façam pertencer a uma mesma espécie, aplicando a elas o mesmo gênero e ampliando as possibilidades de emprego de um argumento. Desta maneira, decorre de uma preferência por se apresentar o objeto de que se trata através de uma *identidade genérica* em relação a outros. Assim, podemos reafirmar a relação estreita entre gênero e essência, criando uma primazia categorial, ou seja, o gênero, de certa maneira, rege os outros predicáveis, criando um tipo de organicidade.

Para se agrupar elementos que, à primeira vista, não pertencem a um mesmo conjunto, é preciso estabelecer certos traços de identidade entre eles. Para isso, podem ser usadas propriedades apresentadas como comuns. Isso confirma que em discurso são permitidas associações diversas que se validariam através de uma categorização justificada em certa *práxis* discursiva.

O processo de ampliação faz com que as realidades apresentadas como inerentes ao mesmo gênero mantenham com seus componentes uma identidade de essência (definição), permitindo, assim, criar raciocínios hipotéticos, ou seja, fazer valer, para todos que foram agrupados como semelhantes, aquilo que foi atribuído a um deles em particular. Vejamos outro trecho de Cony:

Mas, até certo ponto, a arte não é uma vigarice? “A Divina Comédia” não é um genial conto-do-vigário?

Essa ampliação só é possível através de um tipo de categorização estabelecida no conceito do termo *vigarista*, que o aproxima da arte. Esse ponto de encontro é realizado pela propriedade atribuída concomitantemente: “modela a realidade, cria em cima do fato, é um ilusionista, um escravo da fantasia e do sonho”. Desta maneira, faz-se possível atribuir propriedades de um a outro, validando logicamente a conclusão de que a arte também cria e recria o sonho e a fantasia; e mais ainda, de que o “artista”, por também construir ilusões, é também um vigarista.

Se o que vale para um atributo de um gênero, indutivamente, valeria para todos os outros atributos, esta operação é de grande valia para associações entre termos, argumentos e valores, o que podemos verificar ainda em Cony:

Ele (o vigarista) procura tirar a sua vantagem à custa de palavras e gestos, no que se parece com qualquer político, pregador ou moralista.

Esse argumento permitiria estender o que se refere a vigarista, portanto, *patife, canalha, espertalhão, um cara dotado de imaginação, lábia* etc. para

político, pregador, e moralista. Assim a ampliação é uma operação discursiva estratégica, pois pode ser desdobrada de acordo com os sentidos pretendidos.

### 4.3. As relativizações

A pretensão de validade instaura o preferível, ou seja, a escolha da maneira pela qual os valores serão tratados. Os valores intervirão para motivar o sujeito a “fazer certas escolhas em vez de outras e, sobretudo, para justificar estas de modo que se tornem aceitáveis e aprovadas por outrem” (Perelman *et al.* 1996: 85). Desta maneira, os valores podem ser relativizados com o intuito de criar sentidos diferentes daqueles, caso fossem usados de maneira mais determinada.

Assim, ao relativizar um raciocínio, desestabilizaremos o que foi estabelecido nos lugares da definição, da propriedade e até do gênero, constituindo a possibilidade de alternância de categorias, com sentidos provisórios ou possíveis. Relativizar, portanto, não é criar satisfação, mas incitar rever os argumentos já apresentados de acordo com o lugar que eles ocupam no discurso, pois, como disse Bertolt Brecht “o que é exatamente por ser tal como é, não vai ficar tal como está” (*Apud* Konder 1993: 84).

Podemos perceber relativizações bem marcadas no texto de Luiz Fernando Veríssimo<sup>10</sup>. Nele, o termo *descartável* aponta para *excrescência*, *demasia*, *excesso*, *lixo* etc. Se tomados isoladamente, tais termos poderiam ser predicados de objetos e materiais dos mais variados tipos: “Coisa descartável. Que não faz falta. Que deve ser eliminada”. Portanto, não seriam naturalmente atribuídas a *homem*, ou ao *ser humano*. O que o enunciador faz é predicar *lixo* de *homem*, isso porque o acordo que está tentando ser estabelecido se baseia em mostrar uma *práxis* que reverbera, implícita ou explicitamente, um *descaso* pela vida do ser humano. E faz isso de maneira genérica, ou seja, amplia a opinião que pode ser de alguns e a faz pertencer à opinião geral, fazendo com que seja possível *lixo* ser próprio do *ser humano*.

Mesmo descontadas a estupidez humana, a insensibilização pela miséria, a certeza da impunidade ou da deficiência do disfarce ou da desculpa, um bando de extermínio não age com este descaso pela vida e pelas conseqüências dos seus atos se não sabe que o descaso é compartilhado, se não se sente implicitamente autorizado.

O valor *descaso pela vida* poderia ser atribuído como valor concreto, e o enunciador tenta apresentá-lo no *lugar* do gênero. Agindo dessa maneira, o enunciador instaura a possibilidade de esse valor concreto ultrapassar grupos particulares e se tornar um valor abstrato, ou seja, que “vale” para todo mun-

---

<sup>10</sup> Toda menção ao texto de Luiz Fernando Veríssimo se refere a “Descartáveis” [http://literal.terra.com.br/verissimo/vida\\_publica/vidapublica\\_descartaveis.shtml?vidapublica](http://literal.terra.com.br/verissimo/vida_publica/vidapublica_descartaveis.shtml?vidapublica) – Último acesso 15/09/2009



do, que seja comum a todos. Isto demonstra que esse valor, ao ser estabelecido no lugar do gênero, apresenta-se como valor abstrato, possibilitando e validando o argumento de que “a maior parte da população do mundo é lixo”.

## 5. Conclusão

Neste artigo nos esforçamos por apresentar parte de nossa pesquisa em que a expressão ocupa seu lugar em algum tipo de categorização, e o sentido se constrói no jogo com esses lugares. O sentido, portanto, é fluído porque ele se dá em matéria instável, que é o discurso. Isso acarretaria a necessidade constante de percepção da *práxis*, pois é ela algo que manipula as preferências do dizer e a maneira de se jogar com os lugares que validam tais preferências. Apresentamos um uso dos predicáveis aristotélicos de maneira a percebê-los como instrumento de mapeamento do sentido. Pode-se observar que os predicáveis justificam a produção e a análise de argumentos.

Portanto, revelou-se que categorizar não só auxilia na produção de conceitos que, quando predicados, forjam sentidos, mas também permitiu analisar esse processo que apontaria para o conhecimento. Fazer uso dos predicáveis, então, valida o forjar sentidos, como também valida as inferências feitas sobre eles.

## Referências

- Aristóteles (1959). *Arte retórica e Arte poética*. São Paulo: Difusão Européia.
- Aristóteles (2005). *Órganon*. Bauru, SP: EDIPRO.
- Aristóteles (1978). *Tópicos; Dos argumentos sofisticos*. São Paulo: Abril Cultural (Os Pensadores).
- Barthes, Roland (1978, 1996). *A Aula*. 7.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Cultrix
- Benveniste, Emile (1966, 1991). *Problemas de lingüística geral I e II*. 3.<sup>a</sup> ed. Campinas: Pontes: Ed. UNICAMP.
- Berti, Enriço (1997). *Aristóteles no século XX*. São Paulo: Loyola.
- Charaudeau, Patrick (1999). Análise do Discurso: controvérsias e perspectiva. In H. Mari *et al.* (orgs.), *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges.
- Deleuze, Gilles (1969, 1975). *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva: Ed. Univ. S. Paulo. 342p. ISBN (Broch.).
- Fonseca, Pedro da (1965). *Isagoge filosófica*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Jeager, W. Paideia (1979). *A formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes.
- Ladrière, Jean & Salma Tannus Muchail (1977). *A articulação do sentido*. São Paulo: E.P.U.: EDUSP.
- Konler, Leandro (1993). *O que é dialéctica*. 7.<sup>a</sup> ed., São Paulo: Brasiliense.
- Mainueneau, Dominique (1976). *Initiation aux methodes de l'analyse du discours: problems et perspectives*. Paris: Hachette.

- Maingueneau, Dominique (1998). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: UNICAMP.
- Mari, Hugo (1991). *Os lugares do sentido*. Belo Horizonte: UFMG/FALE/NAPq.
- Mari, Hugo (2002). *Universos do conhecimento*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Centro de Estudos P.
- Mari, Hugo & Julio César Machado Pinto (1998). *Entre o conhecer e o representar para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas lingüísticas*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Mari, Hugo & Rogério Parentoni Martins (2002) *Categorias*. In *Universos do conhecimento*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG. Centro de Estudos P.
- Perelman *et al.* (1999). *Retóricas*. Martins Fontes Tradução Maria Emantina Galeão. São Paulo: Martins Fontes.
- Pereira, Oswaldo Porchat (2001). *Ciência e dialética em Aristóteles*. São Paulo: UNESP.
- Perelman, Chaim & Lucie Ollbrechts-Tyteca (1996). *Tratado da argumentação: a nova retórica*. São Paulo: M. Fontes.
- Pinto, P. R. M. (1999). Análise do Discurso e Argumentação. In: Mari, H. (orgs.). *Fundamentos e Dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999.
- Plebe, Armando & Pietro Emanuele (1992). *Manual de retórica*. São Paulo.
- Proust, Marcel (1981). *Em busca do tempo perdido*. Porto Alegre, Ed. Globo, Vol. 3.
- Santos, Fausto dos (2002). *Filosofia aristotélica da linguagem*. Chapecó, SC: Argos – Editora Universitária.
- Saussure, Ferdinand de; Charles Bally; Albert Sechehaye & Albert Riedlinger (1995). *Curso de lingüística geral*. Trad. A.Chelini, J. P. Pães & I. Blikstein. São Paulo: Cultrix.
- Saussure, Ferdinand de (2002). *Escritos de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- Saussure, Ferdinand de; Roman Jakobson & Roman Jakobson (1981). *A produção de sentido*. Trad. E. Veron & A. Dias. São Paulo: Cultrix.
- Vignaux, Georges (1991). *As ciências cognitivas: uma introdução*. Lisboa: Instituto Piaget.